

CADERNO NORTE-RIO-GRANDENSE DE TEMAS GEOGRÁFICOS



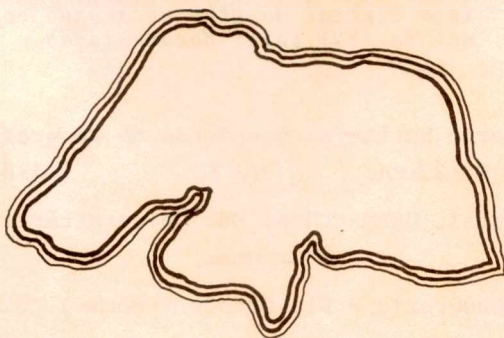
VOL. 2 N.º 3 JUL/DEZ 1987

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Geografia

FORA DE EMPRÉSTIMO



CADERNO NORTE-RIO-GRANDENSE DE TEMAS GEOGRÁFICOS



VOL. 2 Nº 3 JUL/DEZ 1987

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Geografia

Deptº. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Daladier da Cunha Lima
Reitor

Prof. Tarcísio Costa
Vice-Reitor

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Profa. Ana Maria Cocentino Ramos
Diretora

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - UFRN / CCHLA

Prof. José Lacerda Alves Felipe
Chefe do Departamento

Profa. Tania Maria Barros Padilha
Vice-Chefe do Departamento

COMISSÃO EDITORIAL

José Lacerda Alves Felipe
Wilton Gomes da Costa
Arnóbio Pinto Fernandes
Lenyra Rique da Silva
Maria do Socorro Costa Martim

EQUIPE TÉCNICA

Nadelson José Freire

CAPA

Editora Universitária

**Montagem, Fitolito
e impressão**

CATALOGAÇÃO NA FONTE: Revisão de Processos Técnicos da BCZM
NORMALIZAÇÃO: Seção de Informação e Referência da Biblioteca Central da UFRN de acordo com as normas da ABNT sobre documentação.

Caderno Norte—Rio-grandense de Geografia
V. 2. N. 3. 1987.

Natal, UFRN-CCHLA, Ed. Universitária
Semestral

1. Geografia - Rio Grande do Norte. I. Título

RN - UF/BC 87/09 CDU 918.132

Caderno Norte-Rio-grandense de Temas Geográficos-CCHLA -
Departamento de Geografia - Distribuição: Departamento
de Geografia da UFRN - Periodicidade: Semestral.

A P R E S E N T A Ç Ã O

Com esse número estamos entregando à Comunidade norte-rio-grandense a nossa contribuição, como Departamento de Geografia, em termos de refletir e divulgar o esforço acadêmico que resultara em trabalhos que tratam de questões que envolvem desde a produção de espaços agrários, a nível de Rio Grande do Norte, até análise do processo histórico do Nordeste como região e dos interesses que têm movido a modernização da agricultura brasileira.

Esse 3º (terceiro) volume do "Caderno Norte-Rio-Grandense de Temas Geográficos" é também a nossa resposta aos desafios e às dificuldades que norteiam a crise atual da Universidade. É a nossa pequena dose de *contraveneno*, para reabilitar a nossa Universidade que padece de males gravíssimos, criados pelo descaso com a Educação nesse País.

Mas é, acima de tudo, a maneira de inserir as nossas preocupações acadêmicas, no grande fórum de debates, que se trava nos departamentos de geografia, que buscam respostas em termos de que geografia deve ser feita na escola, e nos centros de pesquisas, que contribua para as transformações urgentes que toda sociedade brasileira está a exigir.

Natal, outubro de 1987.

José Lacerda Alves Felipe

S U M Á R I O

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA (1960—1980): ANOTAÇÕES PARA UM DEBATE Wilma Grossman	03
✕ EM QUE A NOVA REPÚBLICA MUDARÁ O PROJETO BAIXO AÇU Terezinha de Queiroz Aranha	11
✕ NORDESTE: QUESTÃO REGIONAL E HISTÓRIA ECONÔMICA Denise Monteiro Takeya	18
✕ A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE MARCOLINO DANTAS E PANAÚ NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE (RN) Lenyra Rique da Silva	30
✕ NOTAS DE PESQUISA SOBRE A PROBLEMÁTICA NA SECA NO RIO GRANDE DO NORTE José Carlos Borges; Marcia Maria Gramkow; Maria da Conceição A. Moura	46

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA (1960-1980): anotações para um debate.

*Wílma Grossmann**

INTRODUÇÃO

Numa análise bastante sintética da modernização da agricultura brasileira ocorrida nas décadas de 60 a 80, apreende-se alguns elementos específicos que apontam para o caráter e o significado desse processo — entendido aqui como o desenvolvimento recente do capitalismo na agricultura brasileira — bem como pelos seus reflexos a níveis regionais.

Com o objetivo de simplificar a análise, pode-se alinhar quatro grandes itens que englobam as linhas gerais desse processo:

- a) a evolução da estrutura agrária;
- b) as transformações na base técnica da produção;
- c) as mudanças nas relações de produção;
- d) a intervenção estatal na agricultura.

Antes, porém, de comentar cada um desses itens e seus conseqüentes desdobramentos, são necessárias algumas colocações quanto à visão teórica que norteia essa temática.

* Mestre em Sociologia pela UFPb., Profa. Assistente da UFRN - Departamento de Ciências Sociais

particular — foi sempre mais lenta do que na indústria, isto é, a agricultura capitalista sempre está "a reboque" da indústria capitalista. A especificidade das transformações capitalistas na agricultura brasileira, entretanto, não decorre somente deste fator, mas também da sua "relativa debilidade" (Graziano da Silva, 1982:127). Segundo Graziano da Silva,

"(...) Isto significa que o capital não tem conseguido realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico. Longe disso, a agricultura brasileira espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização (grifo nosso) em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada artificialmente pelos subsídios estatais". 1978:252.

Isto quer dizer, em primeiro lugar, que o processo de proletarização do trabalhador rural ainda não se efetivou de forma generalizada e total, em todos os setores da agricultura brasileira; em segundo lugar, que o processo de produção só atingiu um certo grau de tecnificação, e isto mesmo em determinadas áreas e somente em alguns tipos de cultura; e, em terceiro lugar, que onde essa modernização se deu, foi quase sempre propiciada pelas "benesses" do Estado. A partir desta visão teórica é que se fundamenta a análise que se segue.

a) A evolução da estrutura agrária

A partir dos anos 60 começa a se esboçar uma crescente, embora lenta e desigual, evolução da estrutura agrária brasileira, com a reconstrução fundiária no País. (Graziano da Silva, 1982:47). Este fenômeno se dá, não apenas em decorrência da expansão da fronteira agrícola (na Amazônia e Centro-Oeste, basicamente), como também pelo aumento da concentração da propriedade da terra, com

a "entrada" das grandes empresas industriais nacionais e multinacionais no mercado de terras, quer através da compra de enormes parcelas, quer através da grilagem, com a conseqüente expulsão dos posseiros. Essa reconcentração fundiária ocorre de maneira distinta nas diversas "regiões", caracterizando, assim, a existência de especificidades regionais.

As especificidades regionais sobressaem tanto no tocante aos fatores biológicos (como por exemplo, diferenças climáticas — seca no Nordeste, enchente no Sul — qualidade do solo, produtos agrícolas específicos, etc.) quanto no que diz respeito às disparidades na concentração do capital.

No que toca aos fatores biológicos, especificamente as diferenças climáticas existentes, pode-se citar a seca no Nordeste, como um dos fatores responsáveis por mudanças não só no redimensionamento fundiário, mas também no circuito da produção. No Agreste nordestino, por exemplo, no período que vai de 1960 a 1980, com a ocorrência da seca, os pequenos proprietários se vêem muitas vezes obrigados a vender suas terras para os grandes proprietários, pois não têm condições de sobrevivência, sendo as "frentes de emergência" sua única saída (hoje, o êxodo para o Centro-Sul encontra fatores de freio, tal como a retração no mercado de trabalho da construção civil).

A concentração do capital monopolista acentua a reconcentração fundiária; além disso, na medida em que a inversão de grandes massas de capital busca "região", onde existem melhores condições de retorno, gera-se um distanciamento nos níveis de acumulação inter-regionais.

b) As transformações na base técnica da produção

Outro fator que contribui para o aprofundamento das especificidades regionais, em conseqüência da modernização

zação na agricultura é representado pelas transformações na base técnica da produção agrícola, que também se dá de modo lento e desigual. A modernização representada pelo progresso técnico alcança, basicamente, as grandes propriedades voltadas para a agricultura de exportação, deixando à margem do processo as pequenas unidades produtivas. Como exceção pode-se citar aquelas voltadas para as culturas hortigrangeiras, situadas na periferia dos grandes centros consumidores urbanos. Neste caso específico, há uma contradição aparente entre a produção intensiva, propiciada pela tecnificação, e o tamanho das propriedades. Se, no Sudeste e Sul, esse progresso técnico tem avançado, mesmo aí ele ainda não atingiu todas as etapas da produção constituindo, assim, um processo de modernização "parcial".

Nas outras áreas — Norte, Nordeste e Centro-Oeste — esse processo de modernização da agricultura é ainda mais lento, atingindo apenas parte da pecuária nordestina (com o uso de inseminação artificial, ração balanceada, nutrientes e produtos veterinários) e as usinas de açúcar e álcool, onde a proletarianização do trabalhador rural já é quase completa.

c) As mudanças nas relações de produção

Porém, o significado mais marcante dessa "modernização dolorosa" é representado, sem dúvida alguma, pelas mudanças ocorridas nas relações de produção.

A reconcentração fundiária e o progresso técnico, duas faces da mesma moeda, ou seja, do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, transformam o pequeno produtor direto, de trabalhador rural permanente em "vólante" (que assume a feição de assalariado temporário, ou "BOIA-FRIA"; de corumba, etc.).

O surgimento de novas categorias de trabalhadores rurais, oriundas das mudanças ocorridas nas relações

de produção, também guarda relação com as especificidades regionais, na medida em que se diferenciam as formas de expropriação e exploração a que são submetidas.

Os fatores que transformam o pequeno produtor (seja ele pequeno proprietário, parceiro, arrendário ou posseiro), de produtor de subsistência em fornecedor de alimentos para os centros urbanos e, ao mesmo tempo, em consumidor de insumos agroindustriais subsidiados (através de cooperativas, etc.), inserindo o compulsoriamente na dinâmica da modernização, são os mesmos que possibilitam o processo de diferenciação econômica desses trabalhadores e sua conseqüente passagem da subsunção formal ao capital, à subsunção real.

É interessante reter, entretanto, que a continuidade da pequena produção, organizada com base no trabalho familiar, não obstaculiza a diferenciação que constitui, em última instância, a gênese do proletariado rural. Mas, seja qual for a forma que assumam esses pequenos produtores, são, fundamentalmente, "trabalhadores para o capital" (Wanderley, 1979).

d) A intervenção estatal na agricultura

A subordinação da pequena produção ao capital é objetivada, basicamente, pela intervenção do Estado na agricultura, constituída pelas políticas agrícolas, executadas através do crédito agrícola (financiamento de insumos e "pacotes tecnológicos"), de programas de extensão rural, de Projetos Institucionais (Polonordeste, Sertanejo, entre outros) e subsídios. Na grande produção, a intervenção estatal segue estes mesmos mecanismos, embora a "repartição" dos "benefícios" ocorra de maneira desigual. Isto porque somente a grande produção detém terra suficiente para garantir o retorno do capital empregado pelo Estado, assegurando, portanto, o processo de acumulação.

Essas medidas, por sua vez, induzem à modernização da agricultura, na medida em que permitem a inserção de novas tecnologias no campo.

Na realidade, todos esses desdobramentos da modernização da agricultura brasileira estão profundamente imbricados entre si. A expansão da fronteira agrícola, ao mesmo tempo que "contribui" para o processo de reconcentração da estrutura fundiária, possibilita a criação e recriação, nos seus limites, da pequena produção. Esta, por sua vez, passa a ser "cooptada" pela grande indústria produtora de insumos, que " dita as ordens", tanto quanto ao tipo de produtos a serem cultivados (agora já não mais apenas de subsistência, mas também para o mercado exportador e agroindustrial), como quanto à prática de cultivo (modernização "induzida", pela indução ao consumo de seus produtos (fertilizantes químicos, defensivos e maquinaria), transformando assim, a base técnica da produção.

É aqui que entra a intervenção do Estado, com sua política creditícia agrícola, com juros subsidiados, escravizando o pequeno produtor num círculo vicioso do qual dificilmente se libertará. Desta forma, a industrialização da agricultura — agora produtora e consumidora de insumos industriais —, passa a uma dependência crescente do Estado, em especial no que toca às políticas de crédito agrícola, preços mínimos e incentivos fiscais (antes 3418, hoje FINOR).

É nesse processo de modernização da agricultura brasileira que se efetiva, paralelamente, ao avanço do progresso técnico na produção agrícola, a sua subordinação ao capital monopolista. (Graziano da Silva, 1982:46).

Parafraseando Graziano da Silva, podemos dizer que, se por um lado o progresso técnico "interfere" na

composição orgânica do capital na agricultura, elevando-a (pela diminuição da utilização do contingente da força de trabalho, aumento do uso de insumos, etc.), por outro lado, esse processo leva a uma crescente subordinação da agricultura ao capital industrial e financeiro. A isto ele chama de "processo de industrialização da agricultura".

CONCLUSÃO

A conclusão a que se pode chegar, a partir desta rápida análise sobre as linhas gerais e o significado da modernização da agricultura brasileira nas duas últimas décadas, é a de que essa modernização apresenta características de um desenvolvimento lento e desigual, com marcantes especificidades regionais. Essas especificidades transparecem na forma como se dá o redimensionamento da estrutura fundiária, com o recrudescimento do processo de concentração da terra; na diferenciação no uso do "aparato" tecnológico, pois o progresso técnico alcança apenas "parcialmente" o processo de produção; no surgimento e superexploração de novas categorias de trabalhadores rurais — as categorias de volantes e "BOÍÁ-FRIA", entre outras, assumem, nesse processo, a forma do lumpemproletariado — e na intensificação da interferência do Estado no processo de produção, com o aumento da subordinação da agricultura ao capital monopolista estatal.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

SILVA, José F. Graziiano da. (coord.) Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCI - TEC, 1978. 267 p.

SILVA, José F. Graziano da. A modernização dolorosa: es
trutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores ru
rais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um tra
balhador para o capital. Campinas, Grupo de Estudos
Agrários da UNICAMP, 1979. 113 p. (mimeog.).

EM QUE A NOVA REPÚBLICA MUDARÁ O PROJETO BAIXO AÇÚ ?

*Terezinha de Queiroz Aranha ***

A minha presença nesta solenidade deve-se ao interesse particular que tenho de acompanhar todos os estudos e manifestações promovidos acerca de qualquer aspecto relacionado com o Projeto Baixo Açú.

Entendo que só com este acompanhamento sistemático, posso me capacitar a conhecer as marchas e contra-marchas ocorridas na trajetória desse Projeto e cujas determinações nem sempre foram bem explicitadas para o Grande Público.

Hoje estou diante de um fato promissor: a realização deste ato público por iniciativa oficial. Este acontecimento é uma prova de que o Projeto Baixo Açú deixou de ser um assunto proibido. Só lamento que isto não represente — como era o ideal — uma conquista do povo, onde me incluo como filha da terra, mas é conseqüência da nova ordem política, instaurada no País.

Há exatamente 4 anos, a 19 de maio de 1981, por iniciativa dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, com o apoio da Igreja, era realizado, neste mesmo local, um ato de protesto contra a construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. O referido ato aconteceu por entenderem os trabalhadores, que a barragem, ao ser construída, lhes acarretaria mais perdas do que lucros.

* Pronunciamento feito pela Profa. no ato público promovido pela Associação dos Municípios do Vale do Açú (AMVALE) contra a venda de terra a grupos estrangeiros, no dia 19 de maio de 1986.

** Coordenadora do Programa "A Problemática da Seca no RN"

Hoje, depois de construído esse reservatório, o ato também é de protesto. De protesto contra a aquisição de terras do Vale por empresas que, sendo de fora da região, certamente, não estão comprometidas com a solução de nossos problemas. E esse protesto está sendo comandado pela Associação que representa o sistema de poder local, através da participação das 6 prefeituras do Baixo Açu — a AMVALE.

Ao compararmos os objetivos da reunião daquele 19 de maio de 1981 com os objetivos da reunião de hoje, e considerando os três anos de conclusão da barragem, uma questão fundamental pode ser levantada:

A quem finalmente pretende servir o Projeto Baixo Açu ?

A resposta a essa questão exige de todos nós, cidadãos e administradores do Vale, uma reflexão muito objetiva em torno dos seguintes aspectos:

— Será que uma nova organização da produção local — beneficiando a maioria — não seria o caminho mais eficaz e adequado para excluir do Vale a presença de empresas indesejáveis ?

— O que foi feito pelo Poder Público para promover a organização desse novo sistema de produção, a partir do aproveitamento da barragem Armando Ribeiro Gonçalves ?

— Será que ao protestarmos contra a aquisição de terras por elementos estranhos ao meio, não estamos talvez inconscientemente, escamoteando a nossa grande responsabilidade no trato com a questão ?

— Será que os esforços desenvolvidos até aqui, não se traduziram menos em ações e mais em discursos, que só fizeram contribuir para o descrédito do Setor Público junto às populações do Vale ?

Essas quatro indagações aliadas à nova realidade de política administrativa do País, onde a participação e fiscalização se constituem no novo indicativo do Governo Federal, para uma ação coletiva, nos anima a tecer algumas considerações sobre o DNOCS e sobre a AMVALE, institucionalmente, responsáveis pelo aproveitamento de nossas riquezas, a partir da utilização da Armando Ribeiro Gonçalves.

1. SOBRE O DNOCS: Temos que nos alegrar pela presença entre nós o Dr. Edgar Montenegro, representante local do DNOCS, organização considerada negligente aos nossos problemas pela grande maioria da população e mais recente repudiada até do convívio dos próprios açuenses, pelo episódio ocorrido no dia 8 de maio de 1985, que provocou pânico na região pela expectativa de arrombamento da barragem.

A situação que hoje estamos vivendo frente ao DNOCS, não se deve ainda a uma nova postura do órgão na região, mas da presença em sua direção de um filho da terra. Esse fato nos alegra, mas também faz aumentar, prezado EDGAR, a sua responsabilidade perante o povo de nossa terra. O desafio a que você foi lançado — ao aceitar a direção dessa instituição — é muito grande e decisivo, para o sucesso de uma nova relação a ser restabelecida entre as populações do Vale e a instituição que você dirige.

Entendo que algumas informações preliminares devem ser dadas com urgência à população, como ponto de partida para o restabelecimento do necessário diálogo. Precisamos obter informações concretas do que se constitui no momento o Projeto Baixo Açu. Exemplifico: sabe-se que inicialmente este Projeto se constituía em três realidades distintas: barragem Armando Ribeiro Gonçalves e em consequência, a bacia de inundação (à montante) e a bacia de irrigação (à jusante).

A barragem foi construída há, aproximadamente, 4 anos. Preconizava-se para a área a montante da barra

gem, o assentamento da população rural e a implantação de um Pólo pesqueiro, como forma de sobrevivência para essa população, que tinha sido despejada de sua área agrícola. Temos conhecimento que hoje, depois de tantos anos de transferência dessas pessoas, 235 famílias ainda permanecem morando em 13 núcleos de tábuas — solução apresentada como provisória naquela ocasião. E com relação ao Pólo pesquiro — o que foi resolvido? Sabemos que os estudos contratados com uma empresa do Sul foram concluídos e a SUDENE deu o seu parecer. Esses resultados a população do Vale precisa conhecer e discutir.

Em seguida, faremos referência ao que de mais perto nos diz respeito: a bacia de irrigação. Para essa realidade foram planejadas 3 etapas. A primeira etapa correspondia a uma área de sete mil hectares que ia do município de Açu à margem direita do rio, até a localidade do Arapuá, à juzante do açude Paxató.

Na segunda etapa, seria atingido um total de 8 mil hectares, cujos trabalhos deveriam ser iniciados por volta de 1982, segundo os cálculos dos técnicos do DNOCS, indo de Açu até a altura do município de Pendências pela margem esquerda do rio.

Por último, a terceira etapa, que totalizava 7 mil hectares e cobria a região dos tabuleiros.

A primeira dessas etapas — a irrigação dos primeiros sete mil hectares, na margem direita do rio até a localidade de Arapuá — foi anunciada que deveria ser concretizada durante a construção da barraçem.

Aí se deu a primeira contra-marcha: a suspensão do que foi planejado, sem que a população tivesse os esclarecimentos necessários.

Hoje, passados tantos anos, verifica-se que há indícios de que a suspensão dessa 1ª etapa do Projeto de

irrigação se deve também à implantação na área do Projeto de uma grande empresa — de capital estrangeiro — que em vez de produzir alimentos, segundo preconizava o projeto original, produz algodão para exportação, provocando, inclusive, com o desmatamento desordenado da área de carnau bal, conseqüências que podem ser desastrosas para a região. Foi aí, com toda a certeza, que se iniciou a venda de terras do Açu, sob os auspícios oficiais, com a conseqüente abertura de espaço para a entrada do grande capital na região, em detrimento do médio e pequeno produtor existente.

Nesta altura, o ato desapropriatório correspondente à bacia de irrigação foi considerado caduco e por isso declarada a sua inviabilidade.

A partir daí, as notícias foram bastante descontradas. O arbítrio com o qual conviveu tanto este País impediu que fosse esclarecido nos seus devidos termos à nova realidade do Projeto.

Diante de tudo isso, e frente ao Programa de Irrigação para o Nordeste, onde o Baixo Açu está incluído é que devemos indagar do atual representante do DNOCS no RN. Qual a nova realidade do Projeto Baixo Açu? Qual o modelo escolhido hoje para a irrigação do Vale?

Por aí, é que considero, deve-se começar o trabalho de articulação entre população e DNOCS. A população do Vale do Açu precisa, com a maior urgência possível, trabalhar com o DNOCS no sentido de:

— Por um lado conhecer as novas propostas do Governo Federal para a região mediatizada através dele.

— E por outro lado, examinar a adequação das novas propostas aos interesses do Vale.

2. Agora, as minhas palavras são dirigidas a AMVALE. O interesse em abordar um assunto de tanta importância, como seja a venda de terras do Açú à empresas de fora do Vale, merece todo o nosso apoio. Aproveitando, porém, essa ocasião quero lembrar a AMVALE a presença de outro inimigo, esse de caráter ambiental que tanto quanto o primeiro, pode nos causar danos irreparáveis: trata-se da salinização do Vale, estudada, inclusive por professores e alunos de mestrado, como é o caso do Dr. Ricardo Brito*, que em ocasião recente, proporcionada pelo Prefeito Ronaldo Soares, colocou, de público, os perigos iminentes que corremos.

Nessa ocasião, o Dr. Ricardo, que demorou no Vale aproximadamente 1 ano em pesquisas de campo, demonstrou seus conhecimentos, chegando até a fixar um prazo máximo de oito anos, para a imprestabilidade dos solos agrícolas dessa região, caso não seja feito um trabalho preventivo de drenagem. Não satisfeito em constatar essa dura realidade e não acreditando na solução corretiva para os solos salinizados, como vem sendo utilizados em perímetros de irrigação do Nordeste, o Dr. Ricardo foi além, apresentando à organização estadual, a qual trabalhava na época, o caminho que deveria ser seguido para que não aconteça, como prevê, a perda gradativa dos melhores solos do Vale do Açú. Propostas de trabalho, transformadas em Projetos, foram elaborados. Esforços foram realizados visando a busca dos recursos necessários à implantação de alternativas, mas infelizmente, a concretização para o esforço empreendido não aconteceu. E lá se foi para as gavetas — tão nossas conhecidas — um estudo sobre a nossa realidade, que debatido com as populações do Vale, certamente, teria encontrado maior eco que nos gabinetes, onde foi apresentado.

É esse Projeto que cabe a AMVALE resgatar, sobretudo, se tiver em mente os perigos que uma irrigação mal

* Pesquisador da EMBRAPA e Professor do Mestrado em Irrigação da UFPb.

conduzida pode provocar para o agravamento dessa situação.

Se a minha voz tiver ressonância, eu pediria a AMVALE: enfrente com coragem esse problema e vocês terão resgatado parte da dívida que o Poder Público tem com as nossas populações.

As minhas palavras finais eu as dirijo a todos aqui presentes, como construtores de uma história que não tem heróis. Sim, porque a história do Projeto Baixo Açu fugirá à regra. Ela não será contada por pessoas que, não tendo participado desse processo, limitam-se a contar "fatos" e destacar "heróis". Aqui a história será diferente. "Será uma construção diária, movida pela força dos grupos humanos que aqui vivem, com caras, hábitos e interesses diferentes. Seu grande personagem somos todos nós que a vamos construindo com alegrias, dores, gritos e protetos" e, sobretudo, com o choro daqueles que, arrancados do seu chão — a casa, o roçado — talvez esperem por um alvorecer que, como esclarecidos irmãos, temos obrigação de lutar para vencer.

NORDESTE: QUESTÃO REGIONAL E HISTÓRIA ECONÔMICA*

Denise Monteiro Takeya**

O presente texto objetiva registrar algumas reflexões que têm por origem a pesquisa por nós realizada sobre a evolução da economia do Estado do Rio Grande do Norte no período de 1880 a 1915⁽¹⁾. Está subdividido em duas partes. A primeira constitui uma breve exposição sobre os principais resultados dessa pesquisa. A segunda levanta alguns pontos de natureza teórico-metodológica.

A evolução da economia do Rio Grande do Norte revela uma certa peculiaridade quando comparada com a de outros estados nordestinos. Nele, a lavoura da cana-de-
-açúcar não teve a mesma importância como em Pernambuco, por exemplo. Esse fato deve ser atribuído aos fatores naturais que, embora não determinem em definitivo a atividade produtiva, influenciam-na ao impor certos limites que podem ou não ser ultrapassados dependendo do grau de domínio da tecnologia pelo homem.

* Trabalho apresentado em Mesa-Redonda no Encontro Paralelo de História, João Pessoa, julho de 1985 e como Comunicação de Pesquisa na Feira de Arte, Ciência e Tecnologia (A Questão Nordestina), UFRN, setembro de 1985.

** Profa. do Departamento de História da UFRN.

(1) TAKEYA, Denise Monteiro. Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Dissertação de mestrado apresentada a PUC-SP em 1983, a ser publicada pelo BNB-ETENE.

Cad. Norte-Rio-Grandense de Temas Geograf. V 2 n 3 p. 62 jul/dez/1987.

No Rio Grande do Norte, as áreas propícias ao cultivo da cana se restringem aos vales açucareiros do litoral oriental, não podendo se falar propriamente aí na existência da Zona-da-Mata. Todo o restante do território do estado é constituído pelo sertão semi-árido e pelo Agreste.

Do início da colonização até 1845, a principal atividade econômica foi a pecuária. A partir desse ano, quando se registrou uma das maiores secas do Nordeste, responsável pela dizimação de grande parte do gado bovino, começou a desenvolver-se a agricultura na província.

Na verdade, com a eclosão do primeiro surto exportador do algodão brasileiro em fins do século XVIII, impulsionado pela Revolução Industrial na Europa, se ensaiou o seu cultivo no Rio Grande do Norte em maior escala do que aquele já feito ao nível da economia de subsistência. Mas, superado esse surto e após a seca de 1845, foi o açúcar que, dentre as atividades agrícolas, passou a responder pela economia da província.

A década de 1860 marcou um segundo e mais importante surto da exportação brasileira de algodão, decorrente da interrupção da produção americana, devido à guerra de Secessão. Esse surto, chamado "febre do algodão", provocou no Rio Grande do Norte uma disseminação da cultura. O crescimento da atividade açucareira, entretanto, não chegou a ser interrompido e no decorrer das décadas de 1850 e 1860 houve uma composição dessas duas culturas agrícolas, ambas em plena atividade.

Com a queda dos preços do algodão a partir de 1872 e com a grande seca que voltou a ocorrer em 1877 — o que fez recuar ainda mais a pecuária como produtiva de vulto, além de atingir também o algodão — o açúcar tornou a deter a preponderância no quadro econômico da província. Atravessando fase próspera, a exportação de açúcar atingiu seu ápice nos anos de oitenta. A partir

daí, ela declinou seguindo uma tendência comum a todo o açúcar brasileiro no final do século XIX que, enfrentando a concorrência do açúcar de beterraba nos maiores mercados consumidores — Grã-Betanha e Estados Unidos da América —, só ganhou novo e efêmero impulso durante a primeira guerra mundial. No Rio Grande do Norte, a crise da cana foi geral, marcada pelo decréscimo do número de engenhos em atividade e pela predominância de engenhocas para a fabricação de aguardente e rapadura.

O algodão não seguiu a mesma trajetória que o açúcar, pois o fim da fase áurea da exportação para o mercado externo, da década de 1860, não significou sua estagnação ou retrocesso. Ao contrário, o cultivo do algodão se expandiu a partir de então, mas sobretudo ao se iniciar a década de 1880. Essa expansão caracterizou-se pelo avanço do cultivo sobre a área tradicional da cana, pela generalização do cultivo do algodão "mocó" no sertão e pelo crescimento da exportação em quantidade e valor, crescimento esse ininterrupto (embora com bruscas oscilações) durante toda a República Velha. A renda do Estado, que era proveniente, sobretudo, dos impostos de exportação, aumentou de forma contínua entre os anos de 1890 e 1930.

Dessa forma, o quadro econômico do Rio Grande do Norte, no decorrer da República Velha, foi marcado pela preponderância absoluta da cotonicultura no conjunto das atividades produtivas.

Antes que possamos avançar na análise da evolução da economia norte-rio-grandense nesse período, é importante ressaltar o significado da cultura do algodão para o Nordeste como um todo.

O Rio Grande do Norte faz parte de uma região do País que, historicamente, se caracterizou como área algodoeira, além de canavieira. A cotonicultura no Brasil, no decorrer de um processo marcado por fases de expansão

e retração, determinadas pelas condições do mercado mun
dial, se consolidou como atividade agrícola tipicamente
nordestina.

Esse processo de consolidação teve seu ponto
inicial no primeiro surto exportador do algodão, quando
o Nordeste se constituiu como área produtora/exportadora,
o que significou o fim do exclusivismo da cultura da ca
na-de-açúcar. O segundo surto reafirmou uma tendência
anterior e durante longo tempo, pelo menos até 1940, o
Nordeste permaneceu como área de concentração da cotoni
cultura frente às demais regiões brasileiras.

A razão de ser dessa permanência do cultivo do
algodão estava na questão de mercados para a produção.
Passado o surto da exportação da década de 1860, abriu-se
uma outra possibilidade em termos de mercado consumidor :
o crescimento e concentração do setor industrial têxtil
no Sudeste (Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Pau
lo), que ocorreu entre os anos de 1880 e 1920, gerando a
necessidade de matéria-prima tornou viável a constituição
de um mercado interno potencialmente apto a consumir o al
godão nordestino. Assim a possibilidade de abastecer as
fábricas têxteis nacionais constituiu um sucedâneo para
a perda da posição do algodão brasileiro, no mercado mun
dial.

A expansão da cotonicultura norte - riograndense
a partir de 1880 estava assim inserida numa tendência da
cotonicultura nordestina como um todo, nesse período.

Essa reorientação de mercado era parte de um
processo mais amplo que estava se estruturando entre o fi
nal do século XIX e o começo do século XX — o da consti
tuição de uma Divisão Internacional do Trabalho no País.

No Rio Grande do Norte, à medida que se consoli
davam os vínculos entre a produção de algodão e a indús
tria têxtil algodoeira do Sudeste, mais premente se mos

trava a necessidade de superar os limites existentes que se antepunham à possibilidade de expansão da cultura do algodão. Esses limites eram constituídos pelo baixo nível técnico do cultivo e do beneficiamento, pela falta de mão-de-obra, decorrem do êxodo, pela falta de financiamento da produção e pela precariedade das vias e dos meios de transporte.

É nesse contexto que o Estado interfere no sentido de garantir a continuidade da expansão. Essa interferência tomou forma nas medidas governamentais que procuravam sustar o êxodo rural, incentivar a melhoria das técnicas de cultivo e beneficiamento, a abertura de novos canais de financiamento agrícola e promover a melhoria das condições de transporte. Datam, assim, desse período as primeiras "frentes de trabalho" no estado e o impulso sistematizado da construção de açudes, a tentativa de implementar o ensino agrônômico, a instalação de Campos Experimentais e das primeiras usinas de beneficiamento, o surgimento de instituições bancárias e, finalmente, a expansão da rede ferroviária, com a construção de estradas de ferro de penetração, e acentuada ampliação e melhoria da rede de estradas de rodagem.

A "especialização" da agricultura do Rio Grande do Norte na produção de algodão, ocorrendo imbricada ao crescimento e concentração da indústria têxtil no Sudeste, e as mudanças que daí decorreram no nível da produção, da comercialização e do financiamento do setor agrícola, corresponderam ao processo de integração da economia norte-rio-grandense na Divisão Internacional do Trabalho.

Esse quadro da evolução da economia norte-rio-grandense nos leva a algumas reflexões que têm por referência a problemática da questão regional no Brasil, mais especificamente da questão Nordeste. Essas reflexões dizem respeito à produção historiográfica e a problemas teórico-metodológicos.

Em primeiro lugar, há que considerar a importância da cotonicultura na economia norte-rio-grandense e nordestina. Ela aponta para a necessidade de se repensar a história econômica do Nordeste ultrapassando uma abordagem tradicional na historiográfica brasileira, onde o estudo da história econômica dessa região têm-se confundido com o estudo da economia açucareira. Essa abordagem é, certamente, marcada pela importância que a lavoura canavieira teve para o Nordeste no período colonial. Mas a persistência desse enfoque, centrado na unidade produtiva dos engenhos e usinas, no período imperial e republicano, tem encoberto a importância da cultura do algodão na economia regional. Uma consequência disso é a escassez bibliográfica sobre o Nordeste algodoeiro.

Qualquer interpretação sobre a história econômica regional que não leva em conta o papel que nela desempenhou a cotonicultura, a partir de 1860, necessariamente deve ser considerada como uma interpretação limitada. É preciso retomar a análise da evolução da economia nordestina, tentando recuperar o significado do algodão nessa economia. Trata-se de resgatar um setor da agricultura regional que teve uma importância muito maior do que aquela que a bibliografia existente costuma atribuir.

Essa importância da cotonicultura necessita ser repensada em função das próprias condições físicas da região. O cultivo do algodão se consolidou, em coexistência com a pecuária como cultura típica das áreas mais secas, que lhe eram agricolamente mais favoráveis. Essas áreas são exatamente a maior parte desse mesmo "espaço". Considerando-se que a Zona-da-Mata representava o reduto da cana-de-açúcar e o agreste e sertão se configuravam como áreas por excelência do algodão, temos um quadro em que não só os limites físico-espaciais de uma e outra cultura são bastante definidos, mas também esses mesmos limites indicam a importância do algodão no quadro da economia regional. A Zona-da-Mata representa, em termos espaciais, uma pequena porcentagem de todo o espaço nordesti

no, ou seja, 18,2% da área total.

Essa questão da relação, não determinista, mas inegavelmente condicionante, entre fatores naturais e atividade produtiva, leva-nos a refletir sobre a problemática do conceito de Nordeste. A concepção que tem sido veiculada* de corrente de pensamento conservadora sobre a realidade nordestina defende implicitamente a existência de um Nordeste pensado como uma única e homogênea região. Fala-se assim de um Nordeste como se não existissem diferenciações internas à região. Ora, essas diferenciações existem e podemos falar em, pelo menos, dois Nordestes cuja distinção não reside simplesmente na existência de duas culturas agrícolas diferentes, mas de relações de trabalho diferentes. Estas relações não se engendraram historicamente da mesma forma na área algodoeira e na área açucareira. A primeira área caracterizou-se pelo predomínio do trabalho livre, ao contrário da segunda, onde o trabalho escravo foi essencial. Essa caracterização se explica por três fatores basicamente. Em primeiro lugar, o algodão é cultura típica do sertão onde, comparativamente à Zona-da-Mata açucareira, não havia tradição de trabalho escravo na pecuária, que foi base de seu povoamento. Em segundo lugar, havia a relação entre os fatores naturais e o tipo de mão-de-obra empregada; a adoção do trabalho escravo em áreas atingidas periodicamente pelas secas dá um caráter específico à força-de-trabalho nessas áreas, pois as secas freqüentes eram um fator de instabilidade a ameaçar o investimento de capital em escravos. Em terceiro lugar, há um fator dado pelas caracte-

* Pelo que nós poderíamos chamar, embora de uma forma simplista.

terísticas naturais da cultura do algodão e que a distingue da cana-de-açúcar, ou seja, o algodão tem ciclo vegetativo curto, o que tornava oneroso para o proprietário o emprego de mão-de-obra escrava, sobretudo em condições adversas, como a frequência das secas.

A questão da diferenciação interna à região, e que deve ser referenciada aos fatores naturais, permite uma outra reflexão que nos parece necessária. As condições naturais que permitem a caracterização do Sertão, ao Agreste e da Zona-da-Mata, como as três principais áreas internas à região, desconhecem a existência de divisas territoriais com base em critérios político-adiministrativos. Quer isso dizer que a atividade produtiva e toda a teia de relações sociais e econômicas daí resultantes ultrapassam os limites interestaduais*. O algodão foi e é cultura típica do sertão e este perpassa vários estados nordestinos, assim como acontece com a Zona-da-mata e a cultura da cana. Dessa forma, o conhecimento da evolução da economia regional tem que se fazer dentro de um marco mais globalizante, aquele que tem por referência primeira não os limites interestaduais, mas aqueles dados pela natureza com a qual o homem interage, sobre a qual ele constrói.

Nesse sentido, enquanto não se dispõe de uma história econômica regional dentro desse marco, faz-se necessário pelo menos o desenvolvimento de pesquisas sobre a evolução econômica de diferentes estados nordestinos, buscando avaliar o significado da cultura da cana e sobretudo do algodão em cada um dels. Isto contribuiria para uma compreensão cada vez mais ampla e profunda, por

* Não se está com isso, entretanto, negando a importância desses limites. Eles são importantes na medida que implicam na intervenção do Estado, através dos Governos Estaduais, nos rumos da produção, na definição de práticas de planejamento nos seus respectivos territórios.

que cumulativa, sobre a evolução da economia dessa região que erroneamente tem sido considerada como se indiferenciada fosse e que tem respondido pelo nome de "Nordeste".

Conforme vimos, a expansão da cotonicultura no Rio Grande do Norte ocorreu imbricada ao crescimento e concentração da indústria têxtil no Sudeste e correspondeu ao processo de integração da economia norte-rio-grandense na Divisão Intranacional do Trabalho no País. A existência de diferentes estudos, que analisassem a evolução da cultura do algodão em outros estados - frações do Sertão e Agreste, permitiria perceber se a articulação cotonicultura nordestina - indústria têxtil do Sudeste ocorrendo de forma global o foi com a mesma intensidade e os mesmos efeitos. Dito de outra forma, permitiria perceber a função da economia nordestina como um todo nesse processo de instalação da Divisão Intranacional do Trabalho.

É nesse quadro que se coloca a necessidade de se aprofundar o estudo da história econômica do Brasil sob a ótica das relações inter-regionais, tão pouco utilizada nos trabalhos de pesquisa. É justamente, através da análise dessas relações, que se apreende as consecutivas funções históricas que as regiões vão desempenhando no processo de constituição do modo de produção capitalista no Brasil.

No que diz respeito à economia brasileira na República Velha, a produção historiográfica tem priorizado a expansão cafeeira e as origens do processo de industrialização. É dentro dos limites dados por esta propriedade que a relação cotonicultura nordestina - mercado interno - tem sido estudada, o que vem implicando numa visão unilateral dessa relação, impedindo que a mesma seja observada por um ângulo novo - o dos efeitos que produz internamente à economia algodoeira do Nordeste e à economia nordestina em sua totalidade. A região Sudeste, especialmente São Paulo, tem se constituído no "locus"

preferencial de análise e, nessa medida, pouco ou quase nada se escreve sobre a situação econômica de outras regiões, nesse mesmo período, existindo aí uma grande lacuna nos estudos de história econômica.

Ora, as relações inter-regionais se intensificam precisamente no processo de instalação da Divisão Intranacional do Trabalho. Assim esse período histórico é precioso para os estudos de história econômica, porque nele estão elementos essenciais para a compreensão da problemática da desigualdade regional no Brasil.

Mas, ainda mais do que isso, esse mesmo período é de fundamental importância também para a análise da construção e evolução do discurso ideológico do regionalismo nordestino e portanto do conceito de região.

Examinando-se o caso da economia norte-rio-grandense, observa-se que foi exatamente no contexto da inserção dessa economia na Divisão Intranacional do Trabalho que teve lugar a sistematização do "serviço de obras contra as secas", constituindo a criação do IOCS em 1909 um marco.

Foi no bojo dessa sistematização que se "resolveram" dois problemas-chaves para a cotonicultura do Rio Grande do Norte: a questão do êxodo rural e a dos transportes. Para a primeira questão, as "soluções" encontradas foram aquelas que implicaram em manter intacta a estrutura econômico-social vigente. Na medida que um fenômeno natural — a seca — era apontado como o grande estrave ao desenvolvimento e para ele se propunha uma solução técnica — a açudagem —, escamoteava-se a questão econômico-social, tentava-se encobrir o fato de que o êxodo era (e é) um fenômeno não conjuntural, mas estrutural, relacionado às condições de vida e trabalho no campo, ou seja, encobria-se a relação de dominação de classe. E esse discurso permanece, ocultando uma relação que persiste...

A segunda questão, a dos transportes, foi a que apresentou as mais efetivas mudanças dentro do quadro das condições de produção do algodão, por que favorecia a articulação cotonicultura norte-rio-grandense/Indústria têxtil do Sudeste. Garantir o escoamento da produção permitia fortalecer os vínculos com o mercado interno.

A atuação do Estado, procurando superar os limites existentes que se antepunham às possibilidades de expansão da cotonicultura, teve limites e esses foram dados, em última instância, pelo próprio processo de inserção da economia norte-rio-grandense na Divisão Intranacional do Trabalho. A atuação estatal consolidou o papel do Rio Grande do Norte como produtor/exportador de matéria-prima necessária às fábricas têxteis do Sudeste, ou seja, reforçou a integração da economia do estudo na Divisão Intranacional do Trabalho, através da cotonicultura.

Dessa forma, o discurso da seca, como discurso regional, tem por trás de si a existência de um pacto tácito entre a fração regional nordestina da classe dominante e a fração hegemônica ligada à área em processo de industrialização. Esse pacto implicava na conservação da estrutura fundiária no Nordeste, em outras palavras, implicava na manutenção da fração regional nordestina da classe dominante, enquanto tal.

A análise do contexto da instalação da Divisão Intranacional do Trabalho no País é assim fundamental para a compreensão da questão regional, tanto no aspecto do processo histórico, quanto no da elaboração do conceito de região porque, por um lado, à essa instalação correspondem um aprofundamento do discurso regionalista nordestino, tendo como medula a questão da seca; por outro lado, o estudo dessa etapa histórica permite apreender de forma muito clara a articulação entre ideologia e base econômica. O discurso da seca, nesse período, tal como ele se deu no Rio Grande do Norte, imbricado à expansão da cultura do algodão, indicava um novo equilíbrio que se

erigia entre as frações regionais da classe dominante, co-
locado pelas necessidades impostas pelo avanço do capita-
lismo no Brasil.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO DE MARCOLINO DANTAS E PANAÚ NO MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE(RN)⁽¹⁾.

*Lenyra Rique da Silva**

*Romeu Augusto de A. Bezerra***

*Aldo Aloisio Dantas****

*Marco Antonio Cortez****

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo no campo vem ocorrendo não só com relação a subordinação do trabalho ao capital, quando ele mesmo cria relações capitalistas de produção, relação capital x trabalho assalariado, com o objetivo de extrair e se apropriar de trabalho não pago sob a forma de mais-valia, como vem submetendo as pequenas unidades de produção, isto é, conservando relações não capitalistas de produção, e também vem reduzindo relações não capitalistas de produção, como se dá nas áreas de colonização. Aí num primeiro momento por determinação do capital os colonos detêm a posse econômica da terra com o objetivo de nelas desenvolverem atividades produtivas, e num segundo momento detêm a propriedade privada do solo, quando recebem os títulos de posse da terra. A partir de então, eles se tornam pequenos proprietários. Do ponto de vista jurídico, legal, eles passam a deter o monopólio de uma minúscula parcela do globo terrestre; deixam de ser colonos e a terra passa a ter para eles não só a conotação

(1) - Trabalho apresentado como Comunicação de Pesquisa na Feira de Arte, Ciência e Tecnologia (A QUESTÃO NORDESTINA), UFRN, setembro de 1985, e no VI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Garanhuns (PE), dezembro de 1985.

* - Professora do Departamento de Geografia da UFRN

** - Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros-Seção Natal/RN

*** - Alunos de graduação do curso de geografia da UFRN

de meio de produção como se torna um bem que lhes pertence, que tem um preço e pode ser alienável, isto é, eles podem vendê-la quando quizer. A terra, além de meio de trabalho, toma a conotação de renda capitalizada, de componente de capital, ou como afirma Martins, de equivalente de capital.

Dessa forma o ex-colono não vai mais se sentir como um despossuído, expropriado, explorado, mas como um pequeno proprietário que trabalha no que é seu, e de sua terra pode tirar o sustento seu e de sua família. Pode se reproduzir não como vendedor de força de trabalho, mas como um pequeno produtor mercantil que detém pelo menos em parte a privatização dos meios de produção. Ele não é mais um sem terra como era antes de ser colono, nem mais um produtor que produz em terra doada, agora ele se sente proprietário inclusive do seu trabalho. Isto porque se ele trabalha na sua terra, detém a propriedade dos instrumentos de trabalho, ele trabalha para si, não aliena trabalho e irá aí apropriar-se da totalidade do produto do seu trabalho.

A questão que se propõe é a seguinte: Será assim mesmo? Ou isso é só aparência? Sabemos que nunca a aparência é igual a essência, se assim fosse, dizia Marx, seria totalmente dispensável a ciência, porque investigar? O que iríamos descobrir?

A verdade é que o capital na sua caminhada ambiciosa, procurando em escala crescente se apropriar de trabalho alheio, produz situações e revelações variadas de acordo com suas "necessidades" nas mais diferentes áreas. Quando ele quer, expropria — esse é o modo mais comum, talvez o mais estudado, o mais conhecido. Quando o capital expropria para a explorar, isto é feito através da expansão da grande propriedade, que vai expulsando pequenos proprietários existentes nas usas circunvizinhas. Os grandes proprietários pagam pela perra muitas vezes o preço que querem, muito aquém do preço de mercado, porque antes

já vinham agindo de tal forma que deixavam o pequeno proprietário sem condições de produzir e de comercializar seu produto. Dentre outros, um exemplo claro e recente desse fato é o que vem ocorrendo em São Paulo, onde a região de Ribeirão Preto, principalmente, vem sofrendo uma concentração enorme de terra para a produção de cana, dados os incentivos oferecidos pelo Prô-alcool — aí a geração de expropriados vem sendo significativa.

Esse processo leva o pequeno proprietário a se proletarizar, isto é, o força a ser vendedor de sua força de trabalho que é a única coisa que lhe resta, após a perda da terra e dos instrumentos de produção de que dispunha. Aí o capital expropria e proletariza para se apropriar da força de trabalho.

Mas, quando o capital quer, ele apropria, é o caso das colônias de produção agrícola, onde após certo tempo, os colonos passam a deter a propriedade privada do solo.

Será que o capital apropriia porque é bonzinho? Não vai haver exploração? Alguns poderão dizer, mas esses projetos de colonização são de iniciativa do Estado, o que o capital tem a ver com isso? É que o Estado vem sendo o grande mediador do desenvolvimento do capital no campo, fazendo não só com que ele chegue a pequena produção da unidade de trabalho familiar como também criando-as. Antes do capital atingir a pequena produção mercantil, existia só uma sujeição formal da produção, que se dava pela comercialização do produto.

O Estado, através de suas entidades tipo INCRA, EMATER, se encarrega de fazer o capital penetrar em pequenas unidades produtivas, ou através de projetos de colonização, cria condições, para que ele se aproprie de produto excelente. Isso porque o Estado capitalista é um Estado burguês, o seu grande compromisso é com o poder econômico, com a classe dominante, mas ele é contraditório, precisa

dar respostas às populações carentes. Daí aparentar preocupações com a vida das classes baixas da cidade e do campo, aí atuando por intermédio das entidades especializadas em resolver a questão agrária, que planeja vários projetos agrícolas de colonização para fixação e melhoria do homem do campo.

Alguns projetos dão certo outros não. Quando dão certo o capital dá uma resposta afirmativa e positiva a si mesmo, pois essa é a maneira dele tentar resolver a questão do campo do ponto de vista político, social e econômico, e resolve para ele mesmo. Quando não dá certo o programa de colonização, o capital está fazendo uma negação a sua produção. Na aparência se exime de qualquer culpa, jogando-a à "incompetência" dos produtores.

É importante notar que, para que o capital dê a si mesmo respostas positivas, é preciso que os projetos sejam não só bem elaborados, mas bem executados.

Pensando em todas essas questões teóricas, discutindo-as muito em sala de aula, inclusive com o empenho de compreender as diversas tendências dos autores brasileiros que vêm estudando o campo, segundo uma visão dialética, decidimos fazer uma pesquisa direta e escolhemos duas áreas distintas, onde praticamente na mesma época, foram implantados projetos de colonização. Um deles de iniciativa do Governo através do INCRA, implantado em Marcolino Dantas, datando o seu início dos fins dos anos 50 para o começo da década de 60; e o outro de iniciativa da Fundação Pio XII — ligada à igreja alemã, trata-se do projecto do Panaú, no vale do rio do mesmo nome, ambas no município de Maxaranguape (RN), a uns 70 Km de Natal.

O estudo desses projetos, que vamos desenvolver em seguida, nos ofereceu subsídios para pensarmos sobre a reforma agrária que está sendo cogitada de ser implantada pela Nova República, a partir do Estatuto da Terra, de 64. Faremos no final do trabalho algumas apreciações a respei

to, procurando enfatizar que essa é uma reforma capitalista, portanto, uma reforma para resolver a questão do capital no campo, como vêm sendo todas as reformas agrárias implantadas nas sociedades capitalistas na América Latina. Portanto são reformas reformistas que não vão resolver o problema do dominado do campo que é o diretamente ineteressado na reforma.

AS COLÔNIAS DE MARCOLINO DANTAS E PUNAÚ

As áreas pesquisadas estão localizadas no município de Maxaranguape (RN), onde, no vale do rio do mesmo nome, está situada a colônia de Marcolino Dantas.

O projeto dessa colônia resultou da iniciativa do Estado, através do INCRA. O ato de criação foi homologado em 1960 e a execução do projeto se iniciou em seguida se prolongando por uns cinco a seis anos, até o estabelecimento do total de famílias (45), às quais o projeto se destinava. Essas pessoas vieram de diferentes áreas do Estado, atraídas pelas informações do projeto que lhes chegavam através de elementos que conheciam a área. Para aí se deslocaram famílias que tinham experiências agrícolas ou não, só motivadas pelo sentido de posse da terra. Após alguns anos uns retiraram-se da área por razões diversas, que não chegaram a ser reveladas pelos entrevistados. Os colonos vendiam as benfeitorias e, se abandonavam o local como proprietários, vendiam também a terra, inclusive, forçados pelas dívidas bancárias. Isto significa que realizavam a renda capitalizada da terra, transferindo-a para o banco.

As terras foram compradas pelo INCRA ao fazendeiro Ubaldo Bezerra de Melo e custou em moeda da época 5 milhões de cruzeiros (pagos por 1.800 hectares). Elas foram divididas equitativamente entre as famílias correspondendo a cada uma delas de 3 a 4 hectares de terra de páu

- terra mais agricultável -, 4 a 5 hectares de arisco e o restante de terra de tabuleiro, consideradas de pior qualidade para a agricultura. As parcelas de terra de tabuleiros foram maiores, chegando em alguns casos a 30 hectares para cada colono, só que quando eles receberam o título de posse da terra, esta parcela do tabuleiro estava bem mais limitada, porque o Exército havia se apropriado de parte dela, com a finalidade de aí criar campos de treinamento militar.

No início, o projeto foi bem sucedido nas terras melhores - alagadiços - onde plantava-se banana, legumes, hortaliças, tubérculos, etc. e todas as plantações davam colheitas abundantes.

Os colonos recebiam orientações técnicas por parte dos técnicos do INCRA; empréstimo para custeio nos bancos com o val do INCRA para aquisição de insumos - adubos, defensivos. Disponham de, através dessa entidade de implementos agrícolas - máquinas, tratores e outros utensílios de trabalho, inclusive de uma casa de farinha, contando ainda com o apoio da instituição para a comercialização do produto.

O INCRA mantinha na área um caminhão para o transporte da produção para os mercados de Ceará Mirim e Natal, onde os produtores vendiam a mercadoria na CEASA. Esta atuação só ocorreu até 1973, quando, sem justificativa para os produtores, o INCRA retirou todo tipo de amparo e ajuda. A explicação, que o INCRA nos deu, foi a de que eles têm um tempo determinado para auxiliar os colonos e isso só se prende aos primeiros anos após a implantação do projeto. Depois de 5 ou 8 anos, segundo relato de um dos funcionários da instituição, que conheceu de perto o projeto e nele trabalhou, os colonos devem se emancipar. Esse é o tempo necessário, segundo ele, para que os colonos aprendam a técnica e tudo que a atividade agrícola exija dos produtores.

A unidade de produção era familiar, não existindo de qualquer relação de assalariamento em nenhum do cultivo. Havia uma espécie de cooperação entre os colonos, quando era preciso maior número de mão-de-obra na semeadura e na colheita, eles trabalhavam numa espécie de mutirão.

Havia, portanto, uma realização da produção dos colonos. Eles viviam da terra e com certa dignidade: Não lhes faltava o necessário. Comiam razoavelmente bem e habitam em casas de alvenaria construídas pelo INCRA (ainda estão nelas) e tinham condições de dar escolaridade, pelo menos mínima, aos seus filhos. Alguns até mandavam os filhos estudar em Ceará Mirim para completar o 1º grau. Houve até casos em que foi possível os pais dar em instrução de nível universitário a alguns filhos, mas isto constituiu exceção.

Os problemas da atividade produtiva da colônia surgiram quando os produtores já detinham o título de posse da terra; quando foram emancipados e se tornaram pequenos produtores proprietários. Esse problema nasceu no paú — área, onde a agricultura era mais acentuada pelas próprias favorabilidades naturais. O problema se deu devido aos entulhos que foram se avolumando com o passar dos anos no leito do rio. As águas começaram a inundar o paú de uma forma que tornou-se impossível continuar os plantios de então.

Era imprescindível que esse problema fosse vencido, para que os produtores continuassem tirando sua sobrevivência da atividade agrícola. Com isso se iniciou entre eles uma luta perante as autoridades competentes — prefeito do município e deputados estaduais — para que fosse realizada a dragagem do rio. Até abaixo-assinados foram colocados nas mãos dessas autoridades mais de uma vez. Mas os produtores não lograram qualquer êxito na sua luta. Nada foi resolvido. Diziam-lhes que a dragagem acarretaria problemas nas propriedades localizadas mais próximas à nascente do rio, que poderiam ficar sem água. Enfim, de

nada valerem suas reivindicações e o problema foi se agu dizando com o passar dos anos, o que forçou praticamente os produtores a abandonarem sua principal atividade.

Hoje eles ainda cultivam roça no arrisco, têm alguns coqueiros nos tabuleiros, mas a produção dessa cultura é muito exígua para garantir sua sobrevivência. Mesmo assim os que ainda insistem em tentar viver do produto da terra se encontram muito endividados nos bancos, porque, como sua descapitalização é forte, eles têm que lançar mão de empréstimos para custeio e pagam juros que, para eles é muito alto, dado o baixo preço dos produtos que eles vendem.

As principais culturas da área eram a banana, os legumes e as hortaliças, que garantiam aos colonos ganhos maiores, mas o problema existente no País forçou-os a parar de cultivar.

Tais fatos levaram os produtores de Marcolino Dantas a procurarem outros meios para garantir sua sobrevivência. Hoje alguns se assalariam em propriedades maiores e até na construção de uma estrada que passa nas proximidades da área. Eles foram se empobrecendo gradativamente, se pauperizaram e muitos, hoje em dia, levam uma vida de muita carência. É importante se frisar que a terra para a maioria deles não representa mais uma garantia total de sobrevivência.

A colônia de Pañau localiza-se à margem do rio Punaú.

O projeto dessa colônia partiu da iniciativa da Igreja Católica e foi aprovado no encontro do bispado alemão, em 1959. O projeto foi executado em terras devolutas do Estado, doados pelo governador da época - Dinarte Mariz - num total de 900 hectares que foram divididos entre 49 famílias, cabendo a cada uma delas uma média de 13 hectares, sendo uns 7 de paú e o restante de arisco. Isso totalizava 637 hectares. Se a Igreja dispunha de 900 ha, sigu

nifica que restou 263 hectares, no nome da Fundação Pío XII, a qual foi fundada pela Igreja com o propósito de promover a colonização agrícola "com a melhoria da estrutura agrária e a orientação e humanização da migração interna". A informante da Fundação Pío XII nos disse que a Igreja só ficou com uns 100 hectares que estão hoje ocupados com uns 2 mil coqueiros.

Esse projeto foi apoiado pela USAID, Aliança para o Progresso e a principal ajuda financeira vinha do bispado alemão. Os próprios entrevistados afirmaram que com certa frequência apareciam na colônia alemães e americanos querendo informações sobre a produção.

No projeto havia representantes do Estado — técnicos da EMATER — que davam assistência técnica aos produtores.

A Fundação se ocupou também da construção das residências dos colonos e ainda hoje alguns pagam uma quantia irrisória pela aquisição da casa.

Os colonos foram emancipados em 1982, quando receberam o título de posse da terra. Antes eles dispunham de declaração do bispado local para tirar empréstimo bancário.

Os colonos vêm cultivando a terra com os elementos masculinos da família e em alguns casos utilizaram o assalariamento não capitalista (porque não há relações de produção claramente capitalista), ocupam o paú durante quase o ano inteiro, fora os períodos de chuva forte, quando ele fica todo alagado. Cultivam produtos hortícolas, com maior expressão para o jeremum — principal produto comercial. No arisco plantam roça e alguns coqueiros.

No início os produtos eram vendidos para uma cooperativa, mas não deu certo, porque os produtores são rece-

biam o dinheiro, quando a cooperativa vendia a mercadoria, e quando não vendia eles perdiam toda a produção. Por isso eles preferiam vender no mercado de Natal e a EMATER lhes oferecia ajuda com transporte. Hoje os produtos são levados para o mercado de Recife e de Natal. Alguns produtores levam sua própria produção, pois dispõem de caminhões próprios para o transporte. Alguns vendem a compradores que vêm adquirir a mercadoria na própria área.

A REALIDADE ATUAL DE MARCOLINO DANTAS E PUNAÚ

Anteriormente, afirmamos que a implantação de projetos de colonização é uma iniciativa capitalista e é necessário que, mesmo após a emancipação dos colonos, a produção seja bem sucedida, só assim o capital resolve sua questão do ponto de vista político, social e econômico. Do ponto de vista político, ele se realiza fazendo com que o produtor ideologicamente se identifique como um proprietário de terra, não mais como um explorado, um dominado. Do ponto de vista social evita que surjam convulsões em algumas áreas: procura atenuar os conflitos, o problema dos sem terra, lhes oferecendo o meio de produção mais geral, mais importante da atividade agrícola; e do ponto de vista econômico ele se realiza em três momentos e garante sua produção que vai ajudar a sua reprodução ampliada, quer dizer, o sobretrabalho extraído, realizado e apropriado na atividade agrícola vai ser inserido à massa de mais-valia global.

Como na pequena produção mercantil não há produção de mais-valia, não se constará em Marcolino Dantas nem no Punaú apropriação de lucro por parte dos produtores nem de sobrelucro pelo capital. Os produtores garantem para si (no caso de Punaú) ganhos, que poderiam corresponder a um salário que lhes assegura uma vida sem privações, e o capital se apossa do produto excedente.

O projeto de Punaú deu certo, mas o mesmo não ocorreu em Marcolino Dantas. Quando se fala que um projeto de colonização não deu certo, não significa que em algum momento não tenha havido êxito. No caso em questão, de Marcolino Dantas, ele deu certo enquanto colônia, mas fracassou a atividade produtiva após a emancipação dos colonos, quando eles já detinham a propriedade privada da terra e se identificavam como proprietários de pequeno porte — nesse caso o capital extraiu sobretrabalho durante os anos em que a produção da área foi bem sucedida, mas depois que os problemas se agudizaram, a realização econômica deixou de existir, o que determinou uma não apropriação do capital de qualquer excedente. Isto para o sistema é uma irracionalidade, é uma contradição, porque parou de haver produção do capital na área.

A atividade empreendida deixou de dar certo devido a atuação de elementos representativos da força econômica local, no caso proprietários de grande porte, que, ideologicamente, estão do lado da dominação, do poder. Mas sua atuação se deve ao fato de considerar um problema que naturalmente surgiu — no caso os entulhos que avolumaram-se no rio — se apresentarem como uma ameaça para as atividades de sua propriedade. Então o próprio capital na sua contradição faz com que um projeto decline e por isso ele (o capital) interrompe sua realização.

No caso do Punaú — o projeto deu certo. Mais para o capital do que para os colonos o que a aparência encobre. Isto é, acreditamos de imediato que o sucesso da atividade agrícola do Punaú só vem trazendo benefícios aos seus agentes produtivos, porque eles continuam tendo condições não só para produzir como para comercializar o produto. Mas, se o fato for analisado com profundidade, compreenderemos que os produtores dessa área são muito mais úteis ao capital do que o contrário. Isto porque o capital financeiro tira deles uma fatia de trabalho não pago sob a forma de juros. O capital industrial, representado pela indústria de insumos, se apropria de outra sob

forma de lucro e o comerciante intermediário se apodera de outra parte de sobretrabalho sob a forma de um pseudo-sobrelucro ou um lucro extraordinário que deveria ir para as mãos do proprietário produtor que já detém a propriedade de privada do solo, onde conseqüentemente é produzida uma renda, mas que não vai ser apropriada por ele.

Ainda sob essa ótica, poderemos dizer que o pequeno produtor proprietário do Punaú é explorado porque, enquanto ele compra insumos agrícolas a preço alto que acompanha a cada ano a subida da inflação e paga juros bancários que a cada ano são corrigidos, segundo a política econômica do governo, os preços de seus produtos nunca são reajustados para eles de acordo com a inflação, estando sempre bem abaixo. O intermediário, que personifica o capital é quem lhe impõe o preço e depois repassará a mercadoria por preços bem acima da inflação — por isso eles se apoderam do sobrelucro, extraído da atividade dos produtores proprietários, enquanto estes só se apropriam de ganhos que lhes permitem uma reprodução simples.

Dessa forma, mesmo que o pesquisador constate (como é o nosso caso) que os produtores do Punaú tenham um padrão de vida razoável (eles possuem alguns eletrodomésticos, viaturas — caminhonetas, caminhões, automóveis, máquinas agrícolas — tratores); e alguns poucos venham até comprando terra, isso não significa que eles estejam se reproduzindo com sua família de forma ampliada. Para tanto, seria preciso que eles comprassem terra todo ano, gado e outros bens, o que não acontece e seus ganhos tivessem a característica de um lucro médio: que houvesse certa capitalização na agricultura, mas isso não se dá. Eles produzem, porque tiram empréstimos nos bancos para custeio, a fim de comprar insumos, ou melhor para a aquisição dos mesmos, porque eles não recebem o dinheiro do empréstimo. O banco lhes dá uma autorização para apanhar o adubo em casas determinadas. Eles sequer têm o direito de se apoderar do dinheiro e procurar comprar os insumos, onde for

mais barato. Há acordos firmados entre os bancos e certas revendedoras de adubo e defensivos.

Os produtores do Punaú garantem sua sobrevivência com certa dignidade (porque comem e habitam razoavelmente bem, têm alguma condição de dar educação aos filhos, etc.), mas na essência, eles não passam de um tipo muito especial de trabalhador para o capital. O próprio sistema determina que eles só se reproduzem de forma simples. E na sociedade capitalista só o trabalhador tem uma reprodução simples. A especificidade do pequeno produtor mercantil, como trabalhador para o capital, é constatada pela sutileza da exploração.

Quando se fala em exploração do ponto de vista maxista está se falando na realidade do valor capitalista, do valor trabalho, do trabalho alienado. Na nossa concepção a alienação do trabalho se dá em três momentos (Um de terminando imediatamente o outro): um primeiro momento da alienação ocorre na grande circulação com a venda da força de trabalho, aí o trabalho se separa do homem e passa a ser o sujeito no processo produtivo, é o trabalho abstrato; o segundo momento de alienação do trabalho se dá na produção simples, aí a alienação se materializa na extração da mais-valia; e o terceiro momento vai ocorrer na circulação econômico, quando a mercadoria se torna estranha ao trabalhador, isto é, ele não se reconhece no resultado do seu trabalho e não se apropria dele.

No caso do pequeno produtor mercantil, não há na atividade produtiva nenhum desses momentos de alienação do trabalho que acabamos de relatar, inclusive ele se identifica com o produto do seu trabalho, mas a verdade é que ele não se apropria da totalidade do seu trabalho pelas razões que já apontamos.

A realização do valor contido na mercadoria produzida pelas suas mãos se dará com pessoas estranhas à produção, o comerciante intermediário, que na maioria dos ca

... conhecidos, especificamente nas áreas estudadas, vai comprar o produto nos locais de produção e termina os preços. O jerimum (abóbora) produzido no Punaú é de excelente qualidade, são os melhores produtos de todo o município de Maxaranguape; a produtividade por unidade de área é a mais expressiva, dada as favorabilidades naturais do solo. É um produto muito procurado, mas mesmo assim o preço não difere tanto dos de outras áreas.

Se constata claramente uma produção de renda diferencial, que será apropriada pelo comerciante.

A exploração, apesar de velada, mascarada, é real e faz com que esses pequenos produtores proprietários, apesar de não serem vendedores da força de trabalho, constituam um tipo bem singular de trabalhador capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada em Marcolino Dantas e Punaú nos dá algum subsídio para avaliarmos como um projeto de reforma agrária distributiva pode dar respostas positivas ou não para os interessados, isto é, para os dominados do campo.

Não é suficiente apenas distribuir terras com famílias, transformando-as em pequenos produtores proprietários, mas lhes oferecer condições, não só para produzir como para a comercialização dos produtos cultivados, o que lhes garantiria uma reprodução simples como pequenos produtores mercantis.

Os dois projetos de colonização em estudo foram coincidentemente implantados num período em que a "Aliança para o Progresso" estimulava e apoiava reformas agrárias em toda a América Latina, onde as tensões sociais no campo se avolumavam, para evitar maiores conflitos ou mesmo convulsões que poderiam exacerbar-se com o exemplo da Revolu

ção Cubana. Buscava-se assim impedir mudanças mais radicais.

Na época, aqui no Brasil, os debates sobre o tema cresciam em vários segmentos da sociedade com posturas ideológicas diferenciadas, inclusive a esquerda desejando uma mudança radical na estrutura fundiária. Uma ala associada ao governo trabalhista de João Goulart e a Igreja buscavam uma reforma que visava, segundo Martins, "a fragmentação do latifúndio para multiplicar o número de pequenos lavradores, sem afetar o regime de propriedade privada" (Martins, J.S. "Expropriação e Violência", 1980). O mesmo era proposto pelo imperialismo americano através da "Aliança para o Progresso"

A defesa da reforma agrária não pode ser iniciada e executada através dos tecnocratas ou políticos, os homens do poder; ela deve sofrer um debate amplo pela sociedade como um todo, mas a decisão deverá vir dos diretamente interessados na reforma.

Existe, na classe dos dominados do campo, uma estrutura agrária diversificada, onde coexistem os mais variados interesses. Há o pequeno produtor, o assalariado (permanente e temporário - volante), o posseiro, o índio e para cada um deles a reforma agrária assume um sentido.

A implantação de uma reforma agrária distributiva, como a proposta pela Nova República, com base no Estatuto da Terra, publicado em novembro de 1964 pelo Governo Militar, visa somente diminuir as tensões sociais no campo e oferecer condições para o capital se expandir.

Hoje diversos segmentos da sociedade tomam uma posição em relação a reforma agrária e as opiniões e os interesses são divergentes. Um setor da burguesia industrial vive a expectativa de ter mais um sem número de pequenos proprietários para consumirem seus produtos (e está é a lógica do capital), no entanto parte dessa mesma bur-

guesia não aceita a reforma, pois elas detêm grandes extensões de terra e a concentração de terra é uma das maneiras que o capital encontra para submeter o trabalho ao capital e conseqüentemente se apropriar de mais trabalho.

Uma das classes mais significativas da sociedade de capitalista moderna, a classe média, de um modo geral, apóia a reforma agrária. Essa classe do ponto de vista ideológico é muito contraditório. Ela se identifica com a burguesia com relação ao consumo, ela aspira ascensão econômico-social para ter um consumo de elite. Do ponto de vista de luta, ela se identifica com o proletariado. Nos momentos de reivindicação trabalhista, ela procura o apoio do operário, do dominado. Isso a leva a lhe dar respaldo nas suas lutas, daí se justifica a sua posição favorável à reforma agrária.

Os intelectuais de esquerda divergem em muitos pontos, quanto à forma da execução dessa reforma e a direita radical junto com os latifundiários se contrapõem frontalmente.

Fazemos questão de frisar que a reforma agrária pensada na cidade, como vem sendo feita pelos intelectuais, pelos partidos políticos e pelo poder, não é nunca a reforma pensada pelo dominado do campo. As suas reivindicações são das mais diversas. A distribuição de terras vai só satisfazer aos sem terra, isto é, ao proletariado, mas o possessor quer que lhe seja assegurado o direito da posse econômica da terra, ele não luta pela propriedade jurídica; os pequenos produtores proprietários mercantis querem ter a garantia da propriedade da terra e lutam por melhorias para a produção e comercialização.

Assim sendo, para que uma reforma agrária seja de fato bem sucedida seria necessário não só escutar, mas atender a reivindicação dos elementos que compõem essa estrutura agrária variada. E na reforma que aí está para ser feita, ao contrário, não se propõe a isso. Foi pensada pelo Estado burguês para ser executada por ele.

NOTAS DE PESQUISA SOBRE A
"PROBLEMÁTICA DA SECA NO RIO GRANDE DO NORTE"

José Carlos Borges ()*
Márcia Maria Gramkow ()*
Maria da Conceição A. Moura ()*

INTRODUÇÃO

As informações que ora apresentamos são os resultados dos estudos e pesquisas que vêm sendo desenvolvidos na UFRN desde 1981, pelo programa intitulado "A PROBLEMÁTICA DA SECA NO RIO GRANDE DO NORTE". Constituído por uma equipe interdisciplinar de pesquisadores, o referido programa pretende ser um núcleo permanente de estudo sobre a seca no Estado e desenvolve conjuntamente com a pesquisa os projetos de Informação e Comunicação. Faremos alusão sumária às atividades do campo de Informação e Comunicação para nos determos nos resultados parciais do Projeto de Pesquisa.

A necessidade de estudar a seca, de forma sistemática e permanente, fez com que o grupo de pesquisadores se interessasse pela criação e fortalecimento de um setor de documentação especializado sobre a temática, construído pelos próprios agentes do processo: comunidade acadêmica, técnicos do Governo, estudiosos do assunto e população. O projeto de Informação, portanto, se propõe a:

- 1) aumentar e atualizar o acervo da Biblioteca Central "Zila Mamede" da UFRN na área de Ciências Sociais;

(*) Professores da UFRN - pesquisadores do programa "A problemática da Seca no RN"; coordenado pela Profa. Terézinha de Queiroz Aranha e financiado pelo CNPq - PDCT/NE.

- 2) contribuir para a realização de práticas de ensino, pesquisa e extensão mais críticas e atuais.

O projeto de Comunicação, de natureza extencionista, objetiva atingir a comunidade acadêmica no sentido de incentivar um ensino e uma produção de conhecimentos mais identificados com a problemática do semi-árido. Visa, também, assessorar, a nível técnico, programas oficiais da população e, especialmente, do pequeno produtor.

A VISÃO DA SECA

A existência de uma região com problemas naturais como a semi-aridez não é apenas produto das determinações do meio físico, do clima, do relevo, da geologia, da vegetação, etc. mas, também da ação do homem, através dos seus diversos modos de produção.

Existem pelo menos dois contextos nos quais se pode falar de seca. Ou se identifica a seca como um fenômeno climático, caracterizado pela estiagem cíclica, ou a seca é tomada como um processo, cujos indicadores sociais e econômicos relacionam-se, necessariamente, com a baixa produtividade e as condições de pauperização de todos quanto têm na terra seu meio de produção fundamental.

O marco que condiciona a identificação da seca — como um fator climático ou como um fenômeno social — se coloca em dois níveis: no conhecimento ou desconhecimento da História Universal, do ponto de vista teórico; e numa prática político-ideológica e mascaradora, ou numa "praxis" política que, enriquecida pelo exemplo da História, é ao mesmo tempo denunciadora e transformadora.

Descartamos qualquer possibilidade de entender cientificamente a seca como um processo social, cujo es

tigma seja necessariamente a pauperização do trabalhador rural, as caminhadas sem caminho pela migração, a morte pela fome.

Negamos a universalidade da seca como um proceso social que retira da mão do trabalhador seu instrumento de trabalho e que lhe nega trabalho.

Afirmamos a seca como um fenômeno climático existente em vários continentes e com o qual o homem pode conviver, adaptando-se a ele, não reduzindo suas taxas calóricas, não debilitando sua força física e mental, e nem comprometendo a escalada de uma verdadeira história do Homem, mas conviver satisfatória e condignamente com taxas altas de satisfação de suas necessidades físicas e sociais, com índices satisfatórios de produtividade, com menos horas de trabalho diário.

Não pretendemos a utopia. Não aceitamos o engodo do "dia de amanhã" dos futurólogos. Muito mais ainda, não seremos condizentes com o álibi das análises ideológicas que apontam, como a causa da seca e da miséria, a falta de chuvas, o solo ruim, numa palavra, o destino.

A problemática da seca não depende de respostas técnicas, exclusivamente. A seca se circunscreve dentro de uma realidade determinada — o capitalismo. A estia gem ocorre sobre a terra como propriedade privada, como mercadoria.

A resposta ao problema da seca, portanto, não pode ser técnica, mas política. Solução política, pelo caráter mesmo do papel que desempenha esse fenômeno no capitalismo brasileiro.

A seca, como a migração orientada para a fronteira de expansão agrícola, tem sido utilizada como mecanismo eficiente na formação e manutenção de um exército de reserva da classe trabalhadora, que será recrutado no

momento em que o capital dele necessitar plenamente.

Essa população, sob essas condições, é neces
sária.

É necessária a manutenção de trabalhadores que, sob seus próprios riscos, garantam a oferta de força de trabalho aos empreendimentos "modernos" do campo. É ne
cessário mantê-los, até quando a estiagem significa um "problema de segurança nacional", pela criação de "fren
tes de emergência" que incita a uma prática de desrespei
to à natureza provocadora do suicídio do próprio homem histórico, porque destrói irreversivelmente certas fontes de produção. É necessário manter esta população trabalha
dora, portanto, com ou sem seca, com ou sem terra, com ou sem salário da emergência, com ou sem irrigação, com ou sem barragem.

Estudos por nós realizados, sobre — "A Proble
mática da Seca no RN", apontam para o fato de que a ten
dência à concentração fundiária caminha sem negar o mini
fúndio. Este se reproduz dentro mesmo do latifúndio. A razão parece clara: sem força de trabalho não há capital; sem trabalhadores de subsistência, o capital necessitaria de maiores investimentos em salários.

Com essas colocações, não pretendemos provar que o fenômeno da estiagem, transfigurado em processo social se configure um problema sem saída. Ao contrário, a so
lução existente. Mas esta solução não pode se constituir num inventário de velhas nem de novas fórmulas técnicas.

Para pôr fim aos problemas resultantes do fenô
meno da seca, é necessário desfazer a rede, na qual são engendrados estes problemas. Qualquer solução técnica só resultará em melhores condições de vida e trabalho, se a natureza dessa solução for propugnar pela transformação, não pela reforma.

A partir desses pressupostos, o projeto de pesquisa definiu-se pela categoria "pequeno produtor", na medida em que é sobre esse trabalhador que incide mais diretamente a problemática da seca.

Com o objetivo de entendermos, em sua totalidade, a pequena produção e o seu agente — o pequeno produtor, foram definidos quatro níveis temáticos, a saber:

1 - Situação física, uso e ocupação do espaço:

- a) Estudo da relação do homem com os recursos naturais, visando identificar as condições dessa relação.

2 - Estrutura fundiária: uso e ocupação da terra:

- a) Análise histórica da estrutura fundiária no RN, através dos movimentos de concentração e minifundização;
- b) Análise da configuração histórica do rearranjo da pequena produção em decorrência da dinâmica fundiária;
- c) Análise histórica do movimento legal da terra no RN, a partir das categorias "Terras Estatais", "Terras da Igreja" e "Terras Privadas".

3 - Formas de sobrevivência do pequeno produtor:

- a) Análise das formas de sobrevivência do pequeno produtor;
- b) Identificação das reordenações ocorridas nas unidades familiares de produção do pequeno produtor, decorrentes ou não da implantação de programas oficiais e das mudanças do meio-ambiente.

4 - Políticas oficiais de combate aos efeitos da seca.

- a) Análise das repercussões, a nível do pequeno produtor, das políticas oficiais e programas propostos, implementados pelos órgãos oficiais do governo.

Objetivando estabelecer linhas de pesquisa que possibilitem um processo permanente de investigação, eleger temas centrais para o entendimento da seca e orientar com mais rigor a triagem dos dados para uma melhor adequação com a realidade, adotamos uma metodologia que permite, ao mesmo tempo, uma análise estrutural com base em dados secundários e um tratamento conjuntural de profundidade com base em dados de campo.

ÁREA DE PESQUISA

Os oito municípios que constituem a área de pesquisa foram selecionados a partir da convergência dos seguintes critérios:

- 1) Pluviometria — municípios menos chuvosos, segundo a média anual.
- 2) Programa de Emergência — Seca 79/81; municípios com maior número de trabalhadores alistados.
- 3) Política Oficial de Recursos Hídricos — municipios extremos em relação à presença ou ausência de grandes projetos de açudagem e irrigação.

A representatividade da nossa área de pesquisa, conforme quadro abaixo, está no fato de que os oito municípios localizam-se em sete das dez Microrregiões Homogê

neas do Estado.

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS	MÉDIA PLUVIOMÉTRICA *
1. Seridô	1. Jucurutu	748
2. Açú e Apodi	2. Apodi	742
3. Salineira Norte- -rio-grandense.	3. Açú	598
4. Serra Verde	4. Mossorô	658
5. Sertão de Angicos	5. Lages	415
6. Serrana Norte-rio- -grandense.	6. Santana do Matos.	722
7. Borborema Potiguar	7. Alexandria	785
	8. São Tomé	420

(*) DRH - SUDENE/1981

O Plano Anual de Trabalho do período 84 / 85 (PAT I - 84/85) refere-se aos levantamentos realizados nos municípios de Lages, Santana do Matos e São Tomé (ver fig. 1) que inseridos na faixa do semi-árido nordestino, apresentam topografia ondulada a suavemente ondulada, so los de formação litólica e de aluvião resultante da decom posição de tabuleiros terciários.

A cobertura vegetal se apresenta em fase de de vastação, resultante tanto das práticas agrícolas predató rias quanto da ação erosiva natural. A espécie predomi nante é a Jurema (*Mimosa hostilis*), que é nativa e inva sora. Observa-se que a Algaroba (*Prosopis juliflora*) vem sendo disseminada tanto por "introdução" como por "surgi mento expontâneo", permitindo a utilização como forragei ra e recomposição da cobertura vegetal.

A drenagem destas áreas é feita por rios de re gime intermitente que, nos meses chuvosos (março - maio), apresentam maior período de vazão. As chuvas concentra das e irregulares, quanto ao volume e o número de dias,

provocam a formação de enxurradas que são responsáveis pelo "carreamento" de sedimentos, que tanto podem ser acumulados em áreas de barragem como provocam erosão e arrombamentos de reservatórios.

A intensa insolação anual (3.000 horas), além de ser responsável pela grande evaporação, contribui para que não haja retenção de umidade no solo, impedindo o desenvolvimento normal do ciclo vegetativo das culturas e a redução da água armazenada em reservatórios.

Os recursos hídricos desta região caracterizam-se pelos "açudes" e pequenos "barreiros", (1) construídos sempre sob a responsabilidade da SUDENE/DNOCS ao longo da "História das Secas".

O trabalho de campo permitiu-nos constatar que as chamadas "obras públicas", realizadas através do programa de "frentes de emergência", continuam a ser executadas preferencialmente nas grandes propriedades, onde se concentram os açudes com maior capacidade de armazenamento. Por outro lado, ao atingirem a pequena propriedade, essas políticas se restringem apenas ao "reforço das paredes" dos barreiros sem que haja preocupação com a sua segurança. Isto quer dizer que, ao utilizar a força de trabalho disponível para transporte de sedimentos, para a recomposição de paredes e ampliação da capacidade de armazenamento de barreiros não se aplicam as mesmas técnicas de segurança, aplicadas ao acondicionamento dos grandes açudes. Por conseguinte, com as primeiras chuvas, que ultrapassam os índices esperados para a área, temos a destruição, por excesso de água desses pequenos barreiros

(1) Açudes - anuais - aqueles em que o volume da água esgotada oferece somente a possibilidade de suprir as necessidades de um ano hidrológico (setembro a agosto).
plurianuais - aqueles que têm capacidade de suprir uma determinada necessidade de água em dois ou três anos consecutivos, mesmo sem renovação do seu potencial hídrico (SUDENE - 1971).

ros, que figuram nas estatísticas como "açudes". A tabela abaixo computa barreiros como açudes.

ÇAQUES NA ÁREA PESQUISADA

MUNICÍPIOS	PÚBLICOS	PARTICULARES	TOTAL
Lages	09	02	11
São Tomé	07	01	08
Santana do Matos	87	02	89
T O T A L	103	05	108

FONTE: SAG/RN - 1981

A política de grandes açudes tem promovido de sapropriação de grande parte das terras produtivas, destinadas à pequena produção, bem como a concentração fundiária e a valorização, por especulação, do solo agrícola, permitindo penetração e ampliação do capital através do setor de construção civil.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O estudo da maneira como se divide a terra, e dos mecanismos que regulam o acesso de grande parte da população trabalhadora do campo a esse meio de produção, tem se constituído num dos ângulos indispensáveis de nossa pesquisa. Com ele pretendemos fornecer o quadro estrutural sobre o qual incidem os problemas de reprodução do pequeno produtor, as políticas governamentais para o meio rural, as modificações do meio físico, etc. Assim, os efeitos das estiagens prolongadas, o sentido e a função dos programas governamentais nesses períodos, bem como as estratégias criadas pelo pequeno produtor, para se reproduzir enquanto unidade familiar, devem necessaria-

mente passar pelo conhecimento da forma como se divide a terra e do uso que dela se faz.

Na eleição das categorias de análise da estrutura fundiária, optamos por restringir nossa investigação aos movimentos de concentração e minifundização. A partir do relacionamento dessas duas categorias é possível identificar o movimento tendencial da estrutura do solo agrícola, considerando-se sempre a série histórica 50-85. Entendemos por concentração fundiária o processo de aglutinação da terra, via de regra, pela compra de terras de pequena extensão, para fins agrícolas ou não, bem como o processo de aglutinação do solo por desapropriação de pequenos lotes de terras para implementação de grandes projetos industriais ou de infra-estrutura na zona rural. Portanto, o processo de concentração pode ser promovido por iniciativa particular (grande e médio capital) ou institucional (empreendimentos governamentais, nacionais ou não). O processo de minifundização, por outro lado, é entendido como o fracionamento da terra, via de regra, pertencente ao pequeno produtor, pela herança (divisão do espólio), pelo acesso a pequenas porções de terras por arrendamento ou posse temporária, bem como pela legalização do título da terra do pequeno produtor agrícola.

Nossa hipótese é que que — concentração fundiária é um processo característico do capitalismo no Brasil, na medida em que o solo tem se mostrado como um dos mecanismos mais eficientes de valorização do capital, notadamente em período de crise econômica acentuada. Deste modo, parece pouco rigoroso afirmar que a concentração de terra se verifica preferencialmente nos períodos de seca, em função da impossibilidade de cultivo do solo pelo pequeno produtor.

Do levantamento cartorial por nós empreendido, no município de Santana do Matos para fins de estudos mais aprofundados da última grande seca, pode-se inferir de forma preliminar:

1 - do número de transações de terra no período da última seca (79/84), é maior o número de transações de grandes estabelecimentos do que de pequenos (das 960 transações de terras, apenas 157 ocorreram no estrato de 0 a 20 ha. (ver tabela I e II).

2 - Considerada todas as transações registradas no Livro de Registro Geral no estrato de 0 a 20 ha. (aforamento, hipoteca, doação, venda e desapropriação), a categoria venda não é a de maior incidência.

Não obstante esse movimento, a concentração de terras é incontestável. Observando os dados censitários (50/80), percebe-se claramente:

1 - que aumenta o número de pequenas propriedades, enquanto diminui sua área;

2 - que o movimento da grande propriedade indica uma redução de seu número em relação a sua área. Ou seja, a concentração fundiária no município se caracteriza:

a) pela ampliação da área das grandes fazendas de gado, em detrimento do seu número;

b) pela redução da área da pequena propriedade, não obstante seu aumento em número (ver fig. II).

Verifica-se, portanto, que a concentração fundiária no município citado caminha sem negar o minifúndio. Esse, por sua vez, como condição de existência, tem de a se fragmentar cada vez mais.

Tabela 1 - Movimento de terras no município de Santana do Matos (RN) - Número total de transações, por ano - 1979 a 1984.

ANOS	Nº DE TRANSAÇÕES
1979	96
1980	110
1981	200
1982	174
1983	292
1984	88
TOTAL	960

FONTE: Primeiro Cartório de Registro Geral de Imóveis de Santana do Matos.

Tabela 2 - Movimento de terras no município de Santana do Matos (RN) - Número de transações, por espécie de transação, no estrato de 0 a 20 ha. 1979 a 1984

ESPÉCIE DE TRANSAÇÃO	ANOS 1979/1984
Aforamento	35
Hipoteca	27
Doação	42
Venda	36
Desapropriação	17
TOTAL	157

FONTE: Primeiro Cartório de Registro Geral de Imóveis de Santana do Matos.

SITUAÇÃO FÍSICA: USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

No estudo da relação do pequeno produtor com os recursos naturais foi observado que grande parte da área disponível para plantio, no aluvião, é ocupada com lavouras de subsistência (feijão, milho e tubérculos), enquanto as áreas do solo cristalino são ocupadas com lavoura comercial (algodão).

É pequena a ocorrência de áreas destinadas ao pousio. A presença de áreas encapoeiradas é justificada pela "falta de recursos", ou pouca capacidade produtiva do solo, desgastado por práticas predatórias.

O preparo da terra para o "roçado", no período compreendido entre novembro e janeiro, se faz pela prática da "queimada", não se aplicando nenhum produto químico.

Apesar da área apresentar solos propícios para cultivo, bom nível de aparente fertilidade, boa drenagem, poucos vestígios erosivos, esses não foram aproveitados pelo pequeno produtor, nem foram os leitos de rios que mantiveram relativa umidade na última grande seca (período de estiagem 1979/81)¹.

Em toda a área o período de estiagem estende-se de julho a dezembro, com as chuvas verificando-se de janeiro a junho. A maior concentração de chuvas ocorre entre março e maio ou entre abril e junho. A precipitação apresenta-se, como em toda faixa do semi-árido nordestino, concentrada e irregularmente distribuída no tempo e no espaço.

(1) Fato observado no município de São Tomé cortado pelo rio Potengi, rio intermitente.

Embora, as atividades agrícolas mais se desenvolvam em anos chuvosos, se houver uma queda pluviométrica maior que a normal para a região, os prejuízos serão idênticos aos dos anos secos, verificando-se o "abrejamento do solo", arrombamento dos açudes e barreiros, e a perda da cultura de várzea. (A queda pluviométrica normal da região é de 420 a 750 mm/ano, embora, nos últimos 2 anos tenham se verificado precipitações anuais superiores a 1.200 mm).

FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA

O estudo das formas de sobrevivência parte da análise da organização interna das unidades familiares manifestando como a categoria "pequeno produtor" vem se reproduzindo nos períodos considerados normal e de seca.

A pequena produção, ao se realizar integrada a um sistema econômico dominante, sofre certas modalidades de rearticulação na unidade de produção familiar, impondo as condições em que se dá a reprodução do processo produtivo e da própria subordinação. Neste contexto específico, o registro das formas de sobrevivência dessas populações, principalmente as que utilizam o trabalho familiar em moldes de "campesinato", supõe particularidades da economia camponesa, devido ao fato que, tanto a unidade de produção quanto a de consumo são constituídas por regras de parentesco, e que o caráter familiar da divisão do trabalho é responsável por muitas de suas especificidades.

Um dos critérios propostos dentre a variedade de conceitos existentes para identificar o campesinato é o grupo familiar enquanto unidade básica da produção, consumo e vida social.

A categoria do pequeno produtor está sendo entendida como o proprietário ou não da terra, que, apoia

do, sobretudo, na utilização da força de trabalho familiar, produz para subsistência e comércio, tendo no roçado a pequena produção que lhe garante parte do necessário à subsistência familiar (1). Os pequenos plantadores proprietários e moradores que plantam roçado de milho e de feijão para atendimento de suas necessidades, e "campo de algodão" para o comércio, formam um sistema. Este só pode ser compreendido a partir da lógica que norteia as relações internas de funcionamento da reprodução da unidade familiar e a partir da utilização de alternativas criadas pela própria cadeia de integração, possibilitando compreender a permanência da pequena produção não capitalizada como função de certo tipo de relacionamento com segmentos capitalistas, e não como resultados de uma resistência exterior a tudo que representa vinculação ao capitalismo, em nome de uma autonomia idealizada, estritamente camponesa.

Os pequenos produtores, dedicando-se primordialmente ao cultivo de subsistência, conseguem atender atualmente parte de suas necessidades. Para complementar a subsistência familiar, criam formas de sobrevivência que entendemos como práticas de caráter informal para obtenção dos meios necessários à reprodução da unidade familiar nos períodos caracterizados de "seca", visando a complementação da subsistência do grupo familiar.

As formas de sobrevivência mais comuns, encontradas, obedecem a uma certa ordem de prioridade a partir das necessidades das unidades familiares. Inicialmente, formas diversas de trabalho, fora da propriedade, na medida em que se tornam as únicas fontes de renda que atendem à sobrevivência precária do grupo doméstico, tais como:

- alistamento nas frentes de emergência;
- trabalho de garimpeiro;
- assalariamento nas grandes fazendas;

- emprego doméstico;
- salário-aposentadoria;
- rendimentos advindos dos trabalhos executados em órgãos institucionais locais (Prefeitura);
- medicância nos centros urbanos;
- cerâmica utilitária, olaria;
- troca de objetos na feira;
- venda de lenha e carvão;
- costura;
- benzeduras.

Na falta dos produtos alimentares provenientes do roçado, o pequeno produtor tem sua alimentação modificada para a utilização de xiquexique, consumido após a queimada, de onde extrai a farinha do seu caule; consumo de caça, notadamente de avoantes (rolinha, nhambu, arribaçã), de roedores (preá, mocó, punaré), de pequeno réptil (calango).

Esse elenco de formas de sobrevivência e práticas alimentares citadas varia de acordo com a região e município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas notas, geradas a partir de dados de uma pesquisa em andamento, não permitem afirmações conclusivas. No entanto, a problematização apresentada já indica que devemos levar em conta que:

- a) usa-se "ideologicamente" a "retórica da seca" para justificar a perda da terra por parte do pequeno produtor;
- b) as condições de sobrevivência do "pequeno produtor" parecem, muito mais, ser uma forma

de resistência histórica do que indício de uma tendência à proletarização;

- c) as práticas econômicas formuladas pelas políticas oficiais levam à destruição irreversível das condições naturais.

Fotografado e Impresso
na Editora Universitária
Natal-RN



050

Reg: 5865/00